



EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE: PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

GISELE SILVA GOMES

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre educação, trabalho e juventude por meio da avaliação do Programa Jovem Aprendiz como uma política social de inclusão e qualificação para jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil. A pesquisa, de caráter exploratório e fundamentada em revisão bibliográfica, discute o impacto do programa na formação profissional e no desenvolvimento pessoal dos jovens, considerando o contexto das políticas públicas voltadas à juventude e à inserção no mercado de trabalho. Além de abordar os desafios enfrentados pelos jovens na transição da escola para o mercado, a análise explora teorias sociológicas que sustentam a juventude como uma categoria social complexa, destacando como o Programa Jovem Aprendiz busca responder às exigências de formação e empregabilidade dessa fase. Os resultados indicam que o programa, ao combinar teoria e prática, auxilia os jovens a desenvolverem habilidades técnicas, cognitivas e socioemocionais essenciais para a vida profissional, promovendo não apenas sua empregabilidade, mas também sua autonomia e cidadania. No entanto, o estudo também evidencia limitações, como a precarização das condições de trabalho e a necessidade de uma melhor integração entre a formação oferecida e as demandas do mercado. Constatou-se que, para maximizar seu impacto social, o programa deveria ser complementado por políticas educacionais e sociais que assegurem acesso ampliado à educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento socioeconômico. Conclui-se que o Programa Jovem Aprendiz desempenha um papel relevante na promoção da inclusão social e na formação de jovens para o mercado de trabalho, mas sua eficácia depende de uma articulação mais ampla com outras políticas de combate à desigualdade estrutural. Dessa forma, ele pode cumprir seu potencial não apenas como política de inserção econômica, mas também como um mecanismo de transformação social e cidadania para os jovens.

Palavras-chave: Autonomia; Cidadania; Empregabilidade; Juventude; Vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a inter-relação entre educação, trabalho e juventude na perspectiva da avaliação do Programa Jovem Aprendiz como uma política social voltada para a juventude brasileira. Em um contexto marcado pela precarização das condições de trabalho e pela exclusão social, o Programa Jovem Aprendiz se destaca como uma iniciativa que busca proporcionar formação profissional e inserção no mercado de trabalho a jovens em situação de vulnerabilidade. Através de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, o estudo examina como essa política social contribui para a formação de habilidades e competências necessárias para a inclusão social e econômica dos jovens, bem como para sua autonomia e cidadania. A análise também visa compreender os desafios e as limitações enfrentados pelo programa, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de efetivamente integrar jovens ao mercado e de promover o desenvolvimento integral dos participantes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória, em que por meio de pesquisa qualitativa,

será adotada a pesquisa bibliográfica, como fase exploratória, que é fundamental para contextualizar o estudo e fundamentar a análise dos dados (Gil, 2017; Marconi; Lakatos; 2017). Portanto, serão explorados trabalhos acadêmicos, artigos científicos, relatórios governamentais e estudos de organizações da sociedade civil que abordam o Programa Jovem Aprendiz, a juventude, a educação profissional e a mobilidade social. Além disso utilizar-se-á de conceitos sociológicos que são fundamentais para compreender as juventudes enquanto categoria social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Juventude, Trabalho e Educação

Diante dessas transformações no mundo do trabalho, caracterizadas pela crescente automação, digitalização e precarização das relações trabalhistas, e pela crise na educação, que frequentemente não prepara adequadamente os jovens para as demandas do mercado, torna-se essencial compreender as interações entre educação, juventude e mundo do trabalho. Esse entendimento é particularmente relevante para jovens em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam desafios adicionais na transição para a vida profissional, agravados pelas dinâmicas de alienação descritas por Marx (2004).

Na visão de Karl Polanyi (2000) o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas uma categoria fundante do ser social. Ele argumenta que a forma como o trabalho é organizado em uma sociedade molda profundamente as relações sociais, a cultura e a própria identidade das pessoas. Diferentemente da visão liberal clássica, que vê o trabalho como um fator de produção e um meio para a satisfação individual, Polanyi destaca a dimensão social e institucional do trabalho. Para ele, o trabalho não é apenas um meio para um fim, mas um fim em si mesmo, uma atividade que permite aos indivíduos se realizarem como seres sociais e contribuírem para o bem-estar da comunidade.

Para Branco (2005), a desigualdade social que se expressa no nível de renda das famílias proporciona a continuidade da situação de precariedade dos trabalhadores, perpetuando um ciclo da pobreza e os jovens que se encontram em posições ocupacionais de baixa qualidade, se vinculam a meios de trabalho precários e de menor remuneração, na maior parte das vezes no mercado de trabalho informal, tendo, portanto, seus estudos e a sua formação profissional, comprometidos. De acordo com Viana (2015), com a desigualdade, os desafios no mundo do trabalho se tornam ainda mais agressivos para os jovens pertencentes à classe dos trabalhadores assalariados.

Florestan Fernandes (2006) cunhou o termo "condenados do sistema" para se referir à parcela da população marginalizada e excluída dos benefícios do desenvolvimento capitalista dependente. Essa categoria engloba aqueles que, apesar de inseridos no sistema econômico, ocupam posições precárias e instáveis, submetidos à superexploração do trabalho e à negação de direitos básicos. Para Fernandes, a existência dos "condenados do sistema" não é um mero acaso ou resultado de deficiências individuais, mas sim uma consequência estrutural do capitalismo dependente brasileiro. A formação histórica da sociedade brasileira, marcada pela escravidão e pela colonização, criou um sistema de desigualdades profundamente enraizado, que se perpetua através das relações de classe e da discriminação racial.

Juventude e Educação

Neri; Hecksher (2021) apontam que em 2021 os jovens eram 24% da população total no Brasil e que esse percentual tenderia a cair até 2060. Sobre a relação dos jovens com o mercado de trabalho, os autores postulam que de todas as relações possíveis com o mercado de trabalho, a que mais se concentra nos jovens é a condição de desempregado. No contexto brasileiro, a legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases de 1996) já prevê a preparação para o trabalho como objetivo da Educação Básica, conforme apontado no Art. 1º - §2º A educação escolar

deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social; Além disso, conforme o Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Para Freire (1987) a relação entre educação e trabalho é intrínseca e fundamental para a transformação social. Para ele, a educação não deve ser vista como mera preparação para o mercado de trabalho, mas sim como um instrumento de conscientização e emancipação dos indivíduos. O autor critica a educação bancária, que reduz o aluno a um mero receptor de informações, e defende uma pedagogia dialógica e libertadora, que valoriza o conhecimento prévio do aluno e o estimula a pensar criticamente sobre a realidade. Nessa perspectiva, o trabalho é visto como uma atividade fundamental para a humanização do indivíduo, pois é através dele que o ser humano transforma o mundo e se transforma a si mesmo.

Antunes (2011) defende uma concepção de educação para o trabalho que transcende o mero treinamento técnico e se conecta com a formação integral do indivíduo e a transformação social. Para ele, a educação não deve ser reduzida à preparação para o mercado de trabalho, mas sim voltada para a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O autor reconhece o trabalho como elemento central na vida humana e na formação da sociedade. Neste sentido, a educação deve abordar o trabalho em sua dimensão ontológica, ou seja, como atividade fundamental para a constituição do ser social. Além disso, o autor critica o modelo capitalista de produção, que aliena o trabalhador e o reduz a um mero instrumento do capital. A educação deve, então, promover a conscientização sobre as contradições do capitalismo e a necessidade de superação desse sistema.

A interação entre educação, juventude e trabalho se configura como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico das nações. As políticas sociais voltadas para a juventude buscam promover a inclusão social, a cidadania e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, reconhecendo-os como atores estratégicos para o futuro das sociedades. Conforme Castel (1998), a precarização das condições de trabalho e o desemprego juvenil representam uma ameaça ao tecido social, gerando insegurança e desintegração. Dessa forma, políticas que integrem a formação educacional e a preparação para o mercado são essenciais para a estabilidade social.

A juventude representa uma fase de transição, caracterizada por desafios e incertezas, mas também por oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. De acordo com Bourdieu (1983), a juventude ocupa uma posição ambígua na estrutura social, ao mesmo tempo em que é vista como uma força de transformação, também é exposta à vulnerabilidade decorrente da falta de experiência e de acesso aos recursos sociais e econômicos. Para superar essa barreira, políticas sociais específicas buscam garantir o acesso dos jovens a oportunidades educacionais e profissionais, com o objetivo de promover o seu pleno desenvolvimento e inclusão social.

Segundo Durkheim (1995), a educação é um elemento essencial para a coesão social, uma vez que molda os valores e as habilidades necessárias para a participação ativa e responsável na sociedade. No caso dos jovens, uma educação voltada para a formação integral e para o desenvolvimento de competências práticas é fundamental para sua inclusão no mercado de trabalho. Nesse sentido, as políticas públicas que promovem a formação técnica e profissional assumem o papel de preparar os jovens para enfrentarem os desafios econômicos e sociais da contemporaneidade.

Educação e políticas de qualificação profissional: Programa Jovem Aprendiz

A relação entre educação e trabalho é intensamente discutida nas políticas sociais voltadas para a juventude, considerando que a qualificação profissional é vista como um caminho para a autonomia e a emancipação social dos jovens. Marx (2004), ao tratar das questões sobre trabalho e alienação, destaca que a integração dos jovens no mercado não deve

ocorrer de forma exploratória, mas sim como um meio de capacitação e desenvolvimento humano. As políticas de qualificação profissional, portanto, buscam garantir que a entrada no mercado de trabalho ocorra de maneira digna e que promova o crescimento do jovem como cidadão.

Essas políticas de qualificação são implementadas em diversos países, a fim de mitigar as disparidades de acesso e proporcionar condições para que o jovem amplie suas possibilidades de emprego. Polanyi (2000), em suas discussões sobre a economia de mercado e as respostas institucionais às desigualdades, argumenta que a formação profissional dos jovens é um mecanismo para combater a exclusão e promover a justiça social. Programas de formação dual, como o Programa Jovem Aprendiz no Brasil, integram a teoria e a prática, oferecendo aos jovens uma visão ampla das possibilidades de atuação no mercado. A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um processo complexo, que envolve não apenas a formação educacional, mas também o enfrentamento de barreiras estruturais, como o desemprego e a precarização das condições de trabalho. Castel (1998) argumenta que a falta de acesso ao trabalho formal e de qualidade coloca os jovens em uma situação de vulnerabilidade, dificultando sua estabilidade financeira e social. Políticas de inserção profissional são, portanto, fundamentais para a juventude, pois oferecem suporte e preparo para que os jovens se tornem autônomos e capazes de contribuir economicamente para a sociedade.

Na perspectiva de Bauman (2001), a modernidade líquida impõe aos jovens a necessidade de constante adaptação e flexibilidade no mercado de trabalho, características que, por vezes, acentuam o sentimento de insegurança e de falta de perspectiva. Assim, políticas sociais que fornecem qualificação e apoio para a entrada no mercado podem reduzir essas incertezas, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. Programas como o Jovem Aprendiz no Brasil, por exemplo, são importantes para oferecer uma primeira experiência profissional aliada ao ensino, promovendo a empregabilidade e a inclusão social.

O Programa Jovem Aprendiz é uma política pública que busca unir educação, juventude e trabalho por meio de um modelo de formação em que teoria e prática se complementam para favorecer a entrada de jovens no mercado de trabalho. Instituído pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), o programa incentiva empresas de médio e grande porte a oferecerem vagas para jovens de 14 a 24 anos, permitindo que eles adquiram experiência profissional ao mesmo tempo em que completam sua formação escolar.

No contexto educacional, o Programa Jovem Aprendiz transcende a formação acadêmica tradicional ao combinar ensino teórico em instituições de ensino, com aprendizado prático no ambiente empresarial. Esse formato, conhecido como educação dual, é particularmente eficaz na formação de jovens, pois permite que eles desenvolvam habilidades técnicas, cognitivas e socioemocionais de maneira integrada. De acordo com o Ministério da Educação (2023), a formação dual contribui para uma educação mais holística, capacitando o jovem para os desafios reais do mercado de trabalho e promovendo sua autoconfiança e autonomia.

Além de oferecer qualificação profissional, o Jovem Aprendiz traz como proposta contribuir para a inclusão social dos jovens, ao garantir direitos trabalhistas, como salário, férias e 13º salário, e ao promover o acesso à saúde e à educação (Brasil, 2000). Além disso, ao proporcionar a formação prática dentro das empresas, o programa contribui para a redução da evasão escolar e o aumento da empregabilidade. A experiência prática proporcionada pelo Programa Jovem Aprendiz é um dos elementos mais valorizados pelos jovens participantes e pelas empresas. Durante o período de aprendizado, os jovens são introduzidos a práticas profissionais, rotinas organizacionais e desafios empresariais que facilitam a transição para uma carreira profissional após o término do programa. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022), jovens aprendizes que passaram pelo programa têm mais chances de

serem efetivados ou de conseguirem outros empregos, pois já possuem habilidades práticas e conhecimentos específicos que os destacam em processos seletivos.

Aspectos críticos do programa

Ainda que o Programa Jovem Aprendiz, criado com o objetivo de promover a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, ofereça formação profissional e experiência prática, o programa visa não apenas a inserção econômica, mas também a promoção da cidadania e da dignidade. Essa política social busca transformar a percepção que a sociedade tem dos jovens, ressaltando seu potencial e suas contribuições. Dessa forma, o Programa Jovem Aprendiz é estruturado para fornecer aos participantes uma formação teórica e prática que os prepara para as demandas do mercado de trabalho. Entretanto, é importante destacar aspectos críticos relacionados à efetividade do Programa Jovem Aprendiz e das políticas sociais em geral. Em primeiro lugar, a relação entre formação e emprego nem sempre é garantida. Muitos jovens que participam do programa enfrentam a precarização do trabalho, com contratos temporários e salários baixos. Essa realidade pode perpetuar a vulnerabilidade em vez de superá-la.

A qualidade da formação oferecida no âmbito do programa frequentemente é questionada. Se a formação técnica não estiver alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, os jovens podem se encontrar em uma situação de descompasso, resultando em experiências frustrantes. Essa desconexão entre educação formal, formação profissional e o mercado de trabalho pode desmotivar os jovens e fazer com que se sintam desvalorizados, dificultando sua integração social e profissional. Outro ponto a ser considerado é que as políticas sociais, incluindo o Programa Jovem Aprendiz, devem ser analisadas dentro de um contexto mais amplo de desigualdade estrutural. A falta de acesso a recursos, oportunidades e redes de apoio social continua a ser um obstáculo significativo para a efetivação dos direitos dos jovens.

Ademais, para que o Jovem Aprendiz seja efetivo em sua missão de promover a inclusão social e a mobilidade social dos jovens em situação de vulnerabilidade, é fundamental que o programa seja acompanhado de outras políticas públicas, como o investimento em educação de qualidade, a criação de oportunidades de emprego e o combate à discriminação e à desigualdade social. Somente através de um conjunto articulado de ações será possível garantir que todos os jovens, independentemente de sua origem social, tenham a oportunidade de construir um futuro digno e promissor. E mesmo com tudo isso, considerando os determinantes da sociedade capitalista, é possível garantir isso a todos os jovens? Neste sentido, avaliar o Programa Jovem Aprendiz, é pensar muito além da sua capacidade de inserir os jovens no mundo do trabalho como mão-de-obra, reconhece compreender se ele também promove o desenvolvimento integral dos sujeitos.

4 CONCLUSÃO

A análise do Programa Jovem Aprendiz, à luz das relações entre educação, trabalho e juventude, evidencia seu papel fundamental enquanto política social de inclusão e capacitação profissional. Ao oferecer uma formação dual que combina teoria e prática, o programa possibilita que jovens em situação de vulnerabilidade social desenvolvam habilidades técnicas e sociais que contribuem para sua inserção no mercado de trabalho, fortalecendo a perspectiva de mobilidade social e autonomia. Contudo, apesar de seus benefícios, o programa ainda enfrenta desafios significativos, tais como a adequação das oportunidades formativas às demandas reais do mercado e a superação de barreiras estruturais que limitam a inclusão plena dos jovens. A pesquisa aponta que, para alcançar uma maior efetividade, o Programa Jovem Aprendiz precisa ser complementado por políticas que promovam acesso ampliado à educação de qualidade, inclusão social e enfrentamento das desigualdades. Dessa forma, ele

pode ir além da função de suprir o mercado com mão de obra qualificada, atuando como instrumento de cidadania e transformação social. A continuidade e ampliação desse programa, aliados a um suporte educacional e social, são, portanto, essenciais para que ele cumpra seu potencial de contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANCO, Pedro Paulo. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena. BRANCO, Pedro. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Dispõe sobre o trabalho do aprendiz e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Jovem aprendiz: desafios e oportunidades no Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em:
<<https://www.portaldaindustria.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2024.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório de Desemprego Juvenil no Brasil**. Brasília, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1996.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relatório Anual do Programa Jovem Aprendiz**. Brasília, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação e juventude: perspectivas para o mercado de trabalho**. Brasília, 2023.

NERI, Marcelo; HECKSHER, Marcos. **Jovens: Projeções Populacionais**. Rio de Janeiro, RJ – Junho/2021 - FGV Social – 37 páginas. Parte integrante do Projeto Atlas das Juventudes.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidade no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 95 – 106, 2010.

VIANA, Nildo. **Juventude e sociedade: ensaios sobre a condição juvenil**. São Paulo: Giotri, 2015.